

Éthos: estrutura ético-simbólica do desejo e organismo de mediação entre Anima Pulsa, Mnémethos e Egos

Éthos: the ethical-symbolic structure of desire as a mediating organism between Anima Pulsa, Mnémethos and the egos

Ulisses Alexandre Jadanhi [ORCID 0009-0000-4129-2001](#)

PUBLICADO 31 AGO 2026

Psicanalista clínico · Academia Enlevo, Brasil.

RESUMO

Este artigo desenvolve o conceito de *Éthos* como estrutura ético-simbólica do desejo: um organismo interno de mediação, histórico e revisável, cuja função é avaliar a viabilidade simbólica do desejo emergente e convertê-lo, quando possível, em narrativa sustentável. A tese central é que o *Éthos* não é o supereu nem sua atualização. A distinção sustenta-se em confronto direto com o que Freud formula sobre o supereu em *O eu e o id* e em *O mal-estar na civilização*: as duas instâncias diferem no critério do juízo, no afeto característico e, sobretudo, no modo de falhar — o supereu falha por excesso, produzindo culpa; o *Éthos* falha por subtração, produzindo indiferença. Descreve-se a articulação do *Éthos* com a Anima Pulsa, matriz pré-simbólica do desejo, e com o Mnémethos, arquivo simbólico-moral organizado em três camadas (*Páthos*, *Mímesis* e *Phántasma*); relê-se a neurose como tentativa parcial de inscrição e não como erro a eliminar; e situa-se o Nexum como falência completa da mediação. Em diálogo delimitado com Ricoeur, Han e Butler, e em crítica à normatividade diagnóstica, propõe-se uma clínica ética centrada na sustentação simbólica do sujeito.

Palavras-chave: *Éthos*; Anima Pulsa; Mnémethos; Nexum; subjetividade ética; clínica psicanalítica.

ABSTRACT

This article develops the concept of *Éthos* as the ethical-symbolic structure of desire: an internal mediating organism, historical and revisable, whose function is to assess the symbolic viability of emerging desire and, where possible, convert it into sustainable narrative. The central thesis is that the *Éthos* is neither the superego nor an updated version of it. The distinction is argued in direct confrontation with what Freud actually formulates about the superego in *The Ego and the Id* and *Civilization and Its Discontents*, showing that the two agencies differ in the criterion of judgement, in the characteristic affect and, above all, in their mode of failure: the superego fails by excess, producing guilt; the *Éthos* fails by subtraction, producing indifference. The article describes the articulation of the *Éthos* with the Anima Pulsa — the pre-symbolic matrix of desire — and with the Mnémethos, a symbolic-moral archive organised in three layers (*Páthos*, *Mimesis* and *Phántasma*); rereads neurosis as a partial attempt at inscription rather than an error to be eliminated; and situates the Nexum as the complete failure of the mediating function. In delimited dialogue with Ricoeur, Han and Butler, and in critique of diagnostic normativity, it proposes an ethical clinic centred on the symbolic sustenance of the subject.

Keywords: *Éthos*; Anima Pulsa; Mnémethos; Nexum; ethical subjectivity; psychoanalytic clinic.

NOTA DE SÉRIE

Este artigo isola **uma das instâncias** de um modelo mais amplo da subjetividade — Anima Pulsa, Éthos, Mnémethos, Egos e Nexum —, cuja arquitetura de conjunto é objeto de trabalho próprio do autor. O presente texto isola o Éthos, examina sua relação com o supereu freudiano e extrai as consequências clínicas da distinção. Os dois leem-se em conjunto, mas cada um se sustenta isoladamente.

1 Introdução

Por muito tempo a clínica psicanalítica organizou sua escuta em torno do supereu. Culpa, recalque, interdição, castração: o vocabulário é preciso e teve razão histórica. Freud o compôs a partir de uma clínica em que a proibição era efetivamente o operador do sofrimento, e Lacan lhe deu formalização estrutural. A questão que este artigo coloca não é a de sua validade, mas a de sua suficiência diante de um conjunto de apresentações clínicas que não se deixam ler por ele.

Há convergência, em registros distintos, sobre um deslocamento na forma do mal-estar contemporâneo. Ehrenberg (2010) descreveu a passagem de uma subjetividade organizada pelo conflito entre o permitido e o proibido para outra organizada pela exigência de iniciativa, cuja patologia característica não é a culpa, mas a insuficiência. Han (2015) formulou o mesmo deslocamento como passagem de uma sociedade disciplinar, estruturada pela negatividade do *não poder*, para uma sociedade do desempenho, em que o sujeito explora a si mesmo sem coação externa. Birman (1999) e Kehl (2009) descreveram, no contexto brasileiro, quadros em que o que falta não é permissão, mas tempo e campo para que algo próprio se formule. E Dunker (2015) propôs distinguir mal-estar, sofrimento e sintoma como registros não intercambiáveis, o que permite perguntar se o que chega à clínica é sempre sintoma no sentido clássico.

Nenhum desses diagnósticos é empírico no sentido estrito: são leituras de época, construídas por argumentação e não por verificação, e registrá-los como tais é condição para o que se segue. O que autorizam não é a conclusão de que o supereu deixou de operar, mas a hipótese de trabalho de que há, ao lado dele, uma função distinta — uma função que não proíbe nem autoriza, mas avalia se um desejo pode ser dito sem que o sujeito que o diz se dissolva no ato de dizê-lo. É essa função que aqui se nomeia **Éthos**.

O artigo define o Éthos como estrutura operatória e sustenta sua distinção em relação ao supereu no ponto em que ela é mais exigente — o confronto com o que Freud efetivamente formula; descreve a Anima Pulsa e a exigência de tradução que ela impõe; descreve o Mnémethos e suas três camadas; relê o sintoma neurótico como tentativa parcial de inscrição; e situa o Nexum como falência completa da mediação, distinguindo-o da psicose. O diálogo com Ricoeur, Han e Butler é mantido deliberadamente delimitado: nenhum dos três propõe uma teoria das instâncias psíquicas, e o que se toma de cada um é dito com precisão no ponto em que se toma.

2 Método

Trata-se de construção teórico-conceitual, não de pesquisa empírica: elaboração de conceitos a partir de regularidades observadas em prática clínica prolongada, submetidas a confronto sistemático com a literatura psicanalítica e filosófica que trata do mesmo campo de problemas. Nada aqui foi testado; o que se oferece é modelo de inteligibilidade, não achado.

O corpus de confronto é explicitado. Da metapsicologia freudiana, os textos em que a instância moral é diretamente formulada — *O eu e o id* (FREUD, 2011) e *O mal-estar na civilização* (FREUD, 2010b) — e aqueles em que se estabelece o estatuto do sintoma (FREUD, 2010a, 2014). De Lacan, o Seminário 7 (LACAN, 1988), pelo deslocamento da ética do registro do bem para o do desejo, e os *Escritos* (LACAN, 1998) e o Seminário 3 (LACAN, 1985), para a forclusão. De Winnicott (1975, 2000), o espaço potencial e a sustentação ambiental; de Ferenczi (1992), a tese de que o fator patogênico do trauma inclui a recusa do ambiente em reconhecê-lo; de Bion (1991), a função que transforma experiência bruta em elemento pensável; de Bollas (1992), o conhecido não pensado. Para a crítica da normatividade diagnóstica, Canguilhem (2009) e Foucault (1988); para a leitura de época, Ehrenberg (2010), Han (2015, 2017, 2021), Birman (1999), Kehl (2009) e Dunker (2015); para a narrativa e o reconhecimento, Ricoeur (1991, 2006), Honneth (2003) e Butler (2003, 2015). O *Vocabulário da psicanálise* (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001) serviu de controle terminológico.

Três critérios orientaram a articulação. O da *divergência localizada*: um conceito novo só se justifica se for possível dizer em que ponto exato diverge daquele que recusa, e a divergência deve medir-se contra a formulação mais forte do conceito recusado, não contra sua caricatura. O

da *atribuição estrita*: o que é formulação de um autor é apresentado como tal, e o que é extensão é declarado como extensão, mesmo quando parece natural. E o da *falsabilidade clínica mínima*: cada categoria deve corresponder a uma diferença observável na escuta, sob pena de ser ornamento.

As situações clínicas apresentadas adiante são **composições ilustrativas** construídas para expor o modelo, a partir de configurações recorrentes na prática. Não são relatos de atendimento, não seguem a trajetória de nenhuma pessoa e não correspondem a pessoa identificável.

3 O Éthos: definição operatória

Considere-se a situação em que um sujeito é atravessado por um desejo que o move e o inquieta, e que não encontra linguagem. O que o detém não é necessariamente o medo da punição: é a ausência de um lugar simbólico em que esse desejo possa existir sem produzir colapso. Esse lugar — mais exatamente, essa função — é o que se nomeia Éthos.

Define-se o Éthos como organismo simbólico de mediação ética: a instância que avalia a viabilidade simbólica do desejo emergente e negocia sua inscrição narrativa. Chamá-lo organismo não é licença estilística; designa quatro propriedades. Tem estrutura, porque opera segundo procedimento regular; tem história, porque se forma e se reorganiza no tempo; tem memória, porque consulta um arquivo; e tem plasticidade, porque uma inscrição nova pode alterar seu funcionamento. Não é estrutura topológica fixa nem ideal interiorizado: é função que se exerce e pode degradar-se.

Seu funcionamento comporta três operações interdependentes. A **mediação**: quando a Anima Pulsa emerge, o Éthos pergunta se aquilo pode tornar-se símbolo. A **consulta**: para responder, recorre ao Mnémethos, arquivo em que se sedimentam a experiência vivida, os modelos herdados e as cenas imagináveis. E o **juízo não normativo**: não a decisão sobre o lícito, mas a avaliação de sustentabilidade. A pergunta do Éthos não é *isto é permitido?*, mas *isto é narrável por mim?*.

3.1 Uma distinção incontornável: Éthos e supereu

A objeção mais imediata ao conceito é a de que ele renomeia o supereu. A objeção é séria e exige que a distinção seja medida contra a formulação freudiana em sua força, e não contra a versão escolar que reduz o supereu a um código parental interiorizado.

Freud sustenta, em *O eu e o id* (FREUD, 2011), quatro proposições que convém reter. O supereu é herdeiro do complexo de Édipo: precipitado das primeiras escolhas de objeto e, simultaneamente, formação reativa contra elas. É duplo: impõe ao eu, a um só tempo, o imperativo de ser como o pai e a interdição de sê-lo em tudo. Sua severidade não é proporcional à severidade real dos pais, porque se alimenta da agressividade do próprio sujeito voltada para dentro. E, na melancolia, torna-se o que Freud descreve como cultura pura da pulsão de morte. Em *O mal-estar na civilização* (FREUD, 2010b), acrescenta-se o traço decisivo: a renúncia pulsional não aplaca o supereu — aumenta sua exigência, num círculo em que quanto mais o sujeito cede, mais lhe é cobrado.

Dessas proposições decorre que o supereu freudiano já é relacional, já é mais do que proibição e já possui polo idealizante. Não é conceito pobre que outro venha corrigir. A divergência proposta é outra, e incide em três pontos precisos.

O primeiro é o **critério do juízo**. O supereu julga por conformidade a um ideal e a uma interdição interiorizados; o Éthos julga por viabilidade, avaliando se o enunciado do desejo pode ser sustentado por quem o enuncia. Os dois critérios não coincidem, e a não coincidência é verificável: há desejos inteiramente permitidos que permanecem indizíveis — mudar de rumo, recusar uma filiação esperada, interromper um cuidado — e desejos moralmente condenados que o sujeito narra sem dificuldade alguma. Se fossem a mesma operação, esses casos não existiriam.

O segundo é o **afeto característico**. O supereu produz culpa, e Freud descreve sua economia com exatidão: a culpa cresce com a renúncia. O Éthos, quando falha parcialmente, não produz culpa — produz impasse. Clinicamente, o impasse tem assinatura própria: a frase que se interrompe antes do verbo, a hesitação que não se resolve em direção alguma, o silêncio que não é recusa de dizer mas ausência de forma para o que seria dito. Confundir impasse com culpa conduz a intervenções que procuram acusação interna onde não há nenhuma.

O terceiro, e decisivo, é o **modo de falhar**. O supereu falha por excesso: melancolia, masoquismo moral, crueldade da instância contra o eu. O Éthos falha por subtração: quando colapsa, não resta uma instância acusadora hipertrofiada, resta a ausência da função. Nada acusa, nada proíbe, nada avalia. As duas patologias não estão no mesmo eixo, e esse é o argumento mais forte de que não se

trata da mesma instância. Uma intensificação do supereu produz culpa; uma extinção do Éthos produz indiferença. Uma clínica que leia a indiferença como culpa disfarçada intervirá sistematicamente no lugar errado.

Resta uma concessão que fortalece a tese em vez de enfraquecê-la. Lacan, no Seminário 7, desloca a questão ética do registro do bem para o do desejo e chega a formular a culpa como efeito de ter cedido quanto ao próprio desejo

(LACAN, 1988) — formulação que já aponta para uma avaliação que não é a da conformidade moral. O Éthos não se opõe, nesse ponto, à tradição: especifica uma função que ela nomeia obliquamente e para a qual não construiu categoria própria, dando-lhe estatuto de instância, articulação com um arquivo e descrição de seus modos de degradação.

DIMENSÃO	O QUE FREUD SUSTENTA SOBRE O SUPEREU	O QUE O ÉTHOS PROPÕE	CONSEQUÊNCIA CLÍNICA DA DIFERENÇA
Origem	Herdeiro do Édipo; precipitado e formação reativa contra as primeiras escolhas de objeto	Sedimentação histórica de experiência, modelagem e imaginação; sem herdeiro único	Escuta a história do juízo, e não apenas sua forma edípica
Critério	Conformidade a um ideal e a uma interdição interiorizados	Viabilidade simbólica: este desejo pode ser narrado sem dissolver quem o narra?	A pergunta desloca-se de <i>é permitido?</i> para <i>é narrável?</i>
Afeto	Culpa, cuja severidade cresce com a renúncia pulsional	Impasse: hesitação, suspensão, frase interrompida antes do verbo	O silêncio deixa de ser lido como resistência
Plasticidade	Conservador; mantém a exigência ainda quando o eu cede	Histórico e revisável; reorganiza-se diante de inscrição simbólica nova	Autoriza trabalho sobre o arquivo, não só sobre a defesa
Falha	Por excesso: melancolia, masoquismo moral, crueldade contra o eu	Por subtração: Nexum, suspensão da função, sem instância acusadora	Distingue autoacusação de desinvestimento

Tabela 1 — Éthos e supereu: pontos de divergência. A coluna central sintetiza proposições de Freud (2010b, 2011); a terceira enuncia a proposta deste artigo. As duas instâncias diferem no critério, no afeto e, sobretudo, no eixo em que falham.

4 Anima Pulsa: o desejo pré-simbólico e a exigência de tradução

Antes de qualquer fala estruturada há algo que pulsa e empurra o sujeito em direção ao mundo. Nomeia-se Anima Pulsa essa força anterior à linguagem e à organização do eu: não forma, mas fonte; não conteúdo, mas potência. Ela não deseja um objeto — é o desejo em estado inaugural, o ímpeto de existir e de ultrapassar o já sabido.

A delimitação em relação à pulsão freudiana precisa ser exata, sob pena de o conceito ser supérfluo. *Trieb*, em Freud, é conceito-limite entre o psíquico e o somático, definido por fonte, pressão, meta e objeto e inscrito numa economia de oposições (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). A Anima Pulsa não se define por essa economia: não se estrutura pelo conflito entre Eros e Tânatos nem pela tensão entre princípio de prazer e princípio de realidade. Ela não se opõe ao simbólico — ignora que o simbólico exista, e é por isso que exige mediação: nada nela a orienta para a representação.

Quanto ao vocabulário arquetípico, convém corrigir uma atribuição frequente. Jung não trata os arquétipos como conteúdos herdados nem como entidades espirituais: defi-

ne-os como formas vazias, disposições formais de representação, distintas das imagens arquetípicas que delas resultam (JUNG, 2000). A Anima Pulsa aproxima-se dessa definição formal e dela se afasta num ponto: não é disposição estável e transmissível, mas pressão instável, que varia com a história do sujeito e com o que nele nunca pôde ser narrado.

Mais próxima está a formulação de Bion (1991) sobre uma função que transforma experiência bruta, inassimilável, em elemento disponível para o pensamento e para o sonho. A Anima Pulsa é o que exige essa transformação; o Éthos é o que a tenta. Quando a tentativa não ocorre, o sujeito experimenta um excesso que não cabe — não carência, mas potência não canalizada —, que pode apresentar-se como angústia sem objeto, excitação desorganizada ou confusão existencial prolongada.

Aqui é preciso resistir a uma passagem fácil. Seria possível afirmar que quadros de impulsividade, crises de angústia aguda ou configurações limítrofes *são* manifestações da Anima Pulsa sem Éthos. A afirmação não tem como ser sustentada: exigiria verificação que este trabalho não realizou e confundiria um modelo de escuta com uma etiologia. O que se propõe é mais modesto: em parte des-

as apresentações, a hipótese de uma potência sem tradução disponível organiza a escuta de modo mais produtivo do que a de um conflito defensivo. É valor heurístico, não causa estabelecida.

4.1 O trauma como ausência de campo

Ferenczi (1992) estabeleceu que o fator patogênico do trauma não se esgota no acontecimento: inclui a recusa do ambiente adulto em reconhecê-lo, que deixa a criança sem meio de validar a própria experiência. Vale retomar a tese com exatidão: em Ferenczi há um evento e há sua desmentida.

O que aqui se propõe é extensão, e não tese de Ferenczi. Haveria uma forma de dano estrutural em que o que carece de reconhecimento não é o acontecimento, mas o desejo em estado nascente — sujeitos que atravessam a vida sem jamais terem disposto de campo simbólico capaz de escutar o que neles pulsava antes de ganhar forma. A extensão é plausível porque conserva o mecanismo ferenczi-ano, a invalidação pelo ambiente, e desloca seu objeto; não é, contudo, o que Ferenczi afirma. Winnicott (1975, 2000) oferece a contraparte positiva: é a sustentação ambiental que torna possível o espaço em que algo pode ser ensaiado antes de ser decidido.

5 Mnémethos: o arquivo simbólico-moral

Se o Éthos é a função que medeia, o Mnémethos é o acervo que ele consulta. Define-se como o arquivo simbólico-moral do sujeito: não a memória biográfica, mas a estrutura que condensa o que foi vivido, modelado e imaginado como possível, impossível, permitido ou interdito no plano do desejo. A pergunta que nele se responde é silenciosa: isto pode existir em mim, com a história que tenho e com as imagens que carrego?

O arquivo não é inerte: interpreta, ressignifica e reorganiza continuamente, e pode amadurecer, cristalizar-se ou abrir-se. Uma imagem de vergonha sustentada por décadas pode, por elaboração, converter-se em narrativa de resistência. A memória, nesse sentido, é território de disputa ética e não depósito. Sua arquitetura organiza-se em três camadas.

Páthos é o que foi sentido na pele: as experiências afetivas primordiais, inscritas como marca sensível e não como lembrança articulada. O Páthos não explica; imprime. Quem foi exposto ao ridículo ao falar em público carrega uma inscrição que, anos depois, responde antes do pensamento quando surge o desejo de expor-se — e o desejo recua não por medo deliberado, mas por advertência anterior à deliberação.

Mímesis é o aprendido por modelagem — com cuidadores, escola, instituições, cultura. Não ensina por enunciado, mas por repetição e imersão: que chorar é feio, que obedecer é digno, que certos desejos não são para alguém como o sujeito. Ao consultá-la, o Éthos avalia se o desejo é admissível no horizonte de valor que o habita. Cabe aqui uma delimitação: é tentador descrever essa incorporação como performativa, no sentido de Butler (2003), e a tentativa deve ser nomeada. Em Butler, a performatividade designa a constituição do sujeito por reiteração de normas que produzem retroativamente o efeito de uma substância prévia, e seu objeto é o gênero, não a formação de um arquivo moral interno. Estender o termo ao Mnémethos é transposição deste artigo, não tese de Butler.

Phántasma é a camada imaginativa: o que poderia ser, ainda que jamais tenha sido. É nela que o desejo se ensaia, em simulações que não são delírio, mas roteiros internos. É ambivalente — abriga tanto a cena que abre um horizonte quanto a que o fecha por antecipação catastrófica — e é o laboratório em que o Éthos testa a viabilidade de um desejo. Quando está apagado, nem o desejo mais vital consegue formular-se.

A consulta opera por triangulação: verifica no Páthos se há memória sensível que sustente ou interdicte, compara com a Mímesis o que foi aprendido como possível para alguém como si, e projeta no Phántasma o que adviria se o desejo ganhasse forma. O resultado determina se ele segue para elaboração ou é bloqueado, atuado ou abandonado. O Mnémethos não é filtro moral: é organizador de viabilidade existencial.

CAMADA	O QUE ARQUIVA	FORMA DO COLAPSO	SINAL NA ESCUTA
Páthos	A marca sensível do que foi vivido, anterior à lembrança articulada	Inscrição de dor que interdita a repetição do gesto	Recuo corporal; alteração de tom ao aproximar-se do tema
Mimesis	Modelos herdados de valor, dignidade e vergonha	Rigidez que converte desejo em falta moral	Certezas que soam herdadas, e não próprias
Phántasma	Cenas possíveis, ensaiadas e nunca vividas	Apagamento do futuro imaginável, bom ou mau	Ausência de projeção; indiferença sem conflito

Tabela 2 — As três camadas do Mnémethos. Os sinais na escuta são indicadores propostos, não critérios validados: servem para orientar a atenção clínica e não para classificar o sujeito.

6 Quando a mediação opera: a clínica da simbolização

Simbolizar não é entender, e muito menos resolver: é construir uma passagem entre o que pulsa e o que pode ser dito. A ponte não é definitiva e pode ruir; mas, enquanto existe, o desejo se sente autorizado a existir. A simbolização não elimina o conflito — sustenta-o com sentido, e o sujeito passa a desejar com contradição, com medo e com limite, mas com dignidade narrativa.

Daí uma consequência que organiza a conduta: muitos desejos não precisam realizar-se no mundo externo para cumprirem sua função psíquica; basta, por vezes, que existam internamente como possibilidade legítima. O desejo simbolizado não é o desejo satisfeito; é o desejo sustentado.

Convém distinguir simbolização de racionalização. Há sujeitos que explicam o próprio sofrimento com eloquência e nomeiam dinâmicas familiares com precisão quase didática — e nada se move. A racionalização fecha o conflito com lógica; a simbolização o sustenta com sentido, sem precisar dissolvê-lo. A primeira produz narrativas esterilizadas; a segunda deixa a carne do desejo escorrer pelas bordas do discurso. Onde há excesso de clareza pode haver recusa simbólica; onde há tropeço, ambivalência e silêncio entre palavras, pode estar nascendo um símbolo.

6.1 Composição ilustrativa: o desejo que se sustenta sem se realizar

COMPOSIÇÃO ILUSTRATIVA — NÃO É RELATO DE CASO

Uma configuração recorrente é a do sujeito diante do desejo de *não* exercer uma função socialmente esperada dele — não assumir uma continuidade familiar, não ocupar o lugar previsto por uma linhagem. O desejo não é proibido: ninguém o interdita. Mas é indizível, porque enunciá-lo parece implicar a perda da imagem moral sob a qual o sujeito se reconhece. Uma formulação típica dessa posição é a de que não se trata de não querer, mas de não haver como querer sem deixar de ser quem se é. O impasse não produz culpa articulada: produz paralisia e um sentimento difuso de estar em falta sem saber com quem. O que se desloca, quando algo se desloca, não é a decisão — é o estatuto do desejo, que passa de falha moral a possibilidade ética: algo que pode ser pensado e nomeado sem que o sujeito desapareça no ato. A decisão pode vir depois, ou não vir; o giro é narrativo, não resolutivo. É o Éthos operando: não autoriza nem proíbe, torna o desejo enunciável.

Nessa posição, o analista não é decifrador: é a presença que sustenta o campo em que o Éthos pode consultar o Mnémethos sem pressa, e a intervenção, quando existe, devolve a pergunta que estava prestes a calar-se. Winnicott (1975) descreveu a condição com economia: é no espaço potencial, nem inteiramente interno nem externo, que algo pode ser ensaiado sem consequência irreversível. É também aqui que a contribuição de Butler (2015) se deixa precisar. Butler sustenta que exigir do sujeito que dê conta integral de si é uma forma de violência ética, porque a opacidade a si é constitutiva: o sujeito emerge numa relação de interpelação a um Outro que o precede. Dessa tese não decorre nenhum modelo de aparelho psíquico, e não é isso que dela se extrai; extrai-se a consequência normativa de que há um limite legítimo à exigência de explicação, e de que respeitá-lo é condição de uma escuta não violenta.

Ricoeur (1991) exige a mesma precisão. Ele distingue a identidade como mesmidade da identidade como ipseidade

de, mostra que a segunda se mantém por configuração narrativa e não por permanência de substrato, e acrescenta que o si não é objeto de conhecimento, mas de atestação — crença sem garantia. O Éthos não é conceito de Ricoeur, e Ricoeur não propõe instâncias psíquicas. O que dele se toma é a descrição da operação pela qual uma vida dispersa se torna atribuível a alguém: o Éthos é o nome clínico da condição de falha dessa operação — o que Ricoeur descreve como capacidade, a clínica encontra avariado. Pela mesma razão, a gramática do reconhecimento mútuo, em Ricoeur (2006) e em Honneth (2003), é mobilizada como horizonte, não como fundamento.

7 O sintoma como tentativa de inscrição

Nesse quadro, o sintoma recebe estatuto distinto. Não é erro a eliminar, mas a solução precária do sujeito que tenta não colapsar quando a mediação hesita. A neurose não é doença: é narrativa rachada, e ainda narrativa — diferentemente do colapso, em que a função simbólica se suspende, ela ainda tenta sustentar o eu diante do desejo que ameaça.

A leitura não rompe com Freud; especifica-o. Em *Inibição, sintoma e angústia* (FREUD, 2014), o sintoma é formação de compromisso e satisfação substitutiva: já contém a ideia de que algo se conserva ali. O que se acrescenta é o deslocamento do foco, do compromisso entre instâncias para a tentativa de inscrição — o sintoma como pergunta mal formulada, *posso desejar isto e continuar sendo eu?*, mantida em suspenso porque o Mnémethos devolve respostas conflitantes e o Phántasma devolve cenas de ruína. O desejo não avança nem recua; o sintoma é o lugar em que ele se disfarça de dor para poder existir.

Cabe aqui uma correção de atribuição. É comum descrever a circularidade angustiante do sintoma como aquilo que Lacan nomeia gozo. A equivalência é imprecisa: em Lacan, o gozo designa a satisfação paradoxal obtida para além do princípio do prazer, não a forma circular do impasse sintomático. O que se propõe aqui é leitura distinta, que não deve ser atribuída a Lacan — a circularidade como efeito de um Éthos em impasse, que não diz sim nem não e congela o desejo em forma sintomática. A proximidade com a elaboração lacaniana da ética do desejo (LACAN, 1988) é real; a identidade entre os conceitos não existe.

7.1 Configurações clínicas da falha parcial

Três configurações recorrentes ilustram a falha parcial sem necessidade de narrativa de caso. Na primeira, o de-

sejo de recusar encontra no arquivo a inscrição de que recusar implica perder o vínculo; o Éthos suspende a ação e o custo migra para o corpo, com frequência sob forma de insônia ou exaustão sem causa proporcional. Na segunda, um afeto inteiro, habitualmente a raiva, nunca dispôs de expressão desperta e só comparece no sonho; a elaboração, quando ocorre, não produz o ato antes ausente, mas formas discretas de existir sem desaparecer. Na terceira, um desejo socialmente banal permanece inconfessável porque colide com um modelo herdado de legitimidade — o que exige trabalho sobre a Mímesis antes de qualquer trabalho sobre a decisão.

Uma distinção adicional organiza a conduta, porque a apresentação de superfície pode ser idêntica. Duas configurações podem exibir o mesmo sintoma alimentar: numa há compulsão seguida de vergonha e elaboração intensa — o sujeito pensa, escreve, interroga-se, e há Éthos operando sob tensão; na outra não há fome, interesse nem pergunta, e a apresentação é de desinvestimento sem conflito. A primeira simboliza mal, mas simboliza; a segunda já não deseja sequer desejar. A diferença não é de intensidade da dor, mas de presença ou ausência de função simbólica operante — e é ela, e não a gravidade aparente, que deve determinar a conduta.

7.2 Quando o sintoma protege, e o risco de medicalizar o símbolo

Disso decorre uma proposição que o modelo sustenta com firmeza: muitos sintomas protegem o sujeito de algo pior. A compulsão pode manter em movimento quem de outro modo pararia; a fobia pode evitar exposições insuportáveis; a obsessão pode funcionar como travessia precária que impede o ato impulsivo. O analista precisa escutar o que o sintoma protege — e só quando houver estrutura simbólica suficiente será possível abrir mão da solução precária sem deixar o sujeito à deriva. Não se cura o sintoma: ele se transmuta quando o Éthos encontra alternativa mais estável.

A consequência crítica é imediata. Numa cultura que converte qualquer hesitação em disfunção, o sintoma deixa de ser forma de linguagem e passa a ser defeito a suprimir. Que fique claro o limite da crítica: a intervenção farmacológica tem lugar próprio e, em muitas situações, é ela que impede o colapso; o que está em questão não é seu emprego, mas a redução do sintoma à sua dimensão suprimível. Canguilhem (2009) mostrou que o patológico não se define por desvio estatístico, mas em relação a uma normatividade vital; Foucault (1988) descreveu a produtividade

dos discursos que constituem seus próprios objetos; Han (2021) acrescenta o traço contemporâneo da dor que perde estatuto de sentido e se torna objeto exclusivamente médico. Nessa lógica, o sujeito pode melhorar no laudo e desaparecer subjetivamente — funcionar sem habitar o próprio desejo.

8 Nexum: a falência da mediação

Se o sintoma é tropeço da mediação, o Nexum é a queda. Não é estrutura psíquica nem categoria diagnóstica: nomeia uma experiência-limite de colapso ético-simbólico, em que o sujeito não consegue mais desejar, simbolizar ou sustentar o próprio campo narrativo, e permanece exposto ao impacto cru da Anima Pulsã.

O termo é tomado do direito romano, em que *nexum* designava o vínculo de servidão por dívida: o devedor insolvente perdia autonomia e nome, mas continuava existindo. A analogia nomeia uma perda de soberania sobre o campo simbólico que não suprime nem a existência biológica nem a funcionalidade social.

A distinção em relação à psicose precisa ser mantida com rigor, e a teoria lacaniana fornece o contraste. Na psicose, a forclusão do Nome-do-Pai (LACAN, 1985, 1998) produz, na falta do significante, reorganização delirante: há construção, há um Outro inventado para que a existência continue. No Nexum nada se instala no lugar do que falhou — a função se suspende. A psicose inventa; o Nexum abandona. Por isso é mais difícil de ver: a fala pode ser coerente, as ações socialmente adequadas, e o que falta não aparece como desordem.

Clinicamente, o colapso reconhece-se menos pelo conteúdo do que pela forma do vazio que instala, em três dimensões. A dissociação da experiência: o sujeito age sem saber por quê e relata-se como observador da própria vida, porque o arquivo deixa de oferecer imagens que situem o desejo. A extinção da imaginação ética — colapso do Phántasma: não se imaginam futuros, nem bons nem maus, apenas vazios. E um agir que não é passagem ao ato no sentido clássico: rupturas abruptas e transgressões sem investimento, tentativas de fabricar à força um campo que já não existe. Não são atos por desejo; são atos por desespero de desejo.

8.1 Composição ilustrativa: o colapso sem escândalo

COMPOSIÇÃO ILUSTRATIVA – NÃO É RELATO DE CASO

Uma segunda configuração recorrente é a do colapso que não produz desorganização visível: alguém cujo funcionamento foi longamente avaliado como bem-sucedido e que, sem fenômeno psicótico algum, interrompe de modo abrupto os vínculos que o sustentavam — desliga-se, afasta-se, cessa de responder. Não há delírio nem desorganização formal do pensamento; há retirada de investimento. Uma formulação recorrente nessa posição é a de que o colapso era previsto havia muito tempo e só não se sabia quando chegaria.

O que a distingue da depressão descrita pela nosografia corrente não é a intensidade do sofrimento, mas a ausência de pergunta: não há autoacusação, culpa nem conflito interno audível. Há suspensão. A conduta indicada não é reerguer o sujeito, e sim criar condições mínimas para que alguma escuta simbólica possa reaparecer — não pela via da demanda, mas pela da presença.

Diante do Nexum, a interpretação não encontra onde ancorar-se, e tentativas de devolver sentido tendem a ser vidas como invasão. O que resta é uma ética de vigília: estar presente sem exigir presença, sustentar o ritmo e a previsibilidade do encontro, recusar ativamente a oferta de soluções e tratar a ausência como material — o nada que comparece é o que há. Intervenções complementares podem ser necessárias; a função analítica, porém, é irreduzível, porque é a única relação não invasiva com o que resta da mediação.

O retorno, quando ocorre, não vem em epifania. Vem em microgestos: alguém volta a sonhar, ainda que com pesadelos; estranha a própria frase e observa que nunca falara assim; arrisca uma pergunta tímida sobre o que poderia. A presença da imaginação é o indicador mais confiável, inclusive quando é catastrófica — quem imagina o próprio fracasso já construiu uma cena, e o Nexum não comporta cenas. A negatividade simbólica é sinal de vida; a positividade plástica pode ser anestesia. Bollas (1992) nomeou o que então comparece: um conhecido que nunca foi pensado, e que a reorganização do arquivo torna, pela primeira vez, visitável.

9 Considerações finais

Três proposições encadeadas foram sustentadas. A primeira é que existe, ao lado da instância que proíbe, uma função que traduz, e que a diferença entre as duas não é de ênfase, mas de eixo: o supereu falha por excesso e produz culpa; o Éthos falha por subtração e produz indiferença. A segunda é que essa função opera por consulta a um

arquivo estratificado, o Mnémethos, cujas três camadas correspondem a formas distintas de bloqueio e a sinais distintos na escuta. A terceira é que o sintoma neurótico é tentativa parcial de inscrição, e não erro a eliminar, do que decorre uma conduta precisa: escutar o que ele protege antes de supor que convém removê-lo.

O estatuto destas proposições deve ser declarado sem ambiguidade. Trata-se de proposta teórica de valor heurístico e clínico, construída a partir de experiência de escuta e de confronto com a literatura, e **ainda não submetida a verificação empírica sistemática**. Nenhuma das categorias propostas — Éthos, Anima Pulsa, Mnémethos, Páthos, Mímesis, Phántasma, Nexum — é entidade diagnóstica, e nenhuma deve ser convertida em critério classificatório. São instrumentos de escuta: orientam a atenção do clínico e tornam descritível o que, sem elas, permaneceria impresso. Seu valor mede-se pela diferença que produzem na conduta, não pela elegância do sistema que compõem. Uma teoria que declara o próprio estatuto é mais forte do que a que se apresenta como fato.

Daí os limites do trabalho e a agenda que ele abre. A distinção entre impasse e culpa, enunciada como clinicamente audível, precisa de verificação independente: é a proposição mais facilmente falseável do modelo e a que mais consequências tem. A diferenciação entre Nexum e quadros depressivos graves carece de critérios operacionais que permitam a outro clínico chegar à mesma leitura. E as três camadas do Mnémethos podem não ser separáveis na escuta — a hipótese é plausível e não está demonstrada.

Resta a consequência ética, que organizou o percurso. Se o que adocece, em parte das apresentações contemporâneas, não é o desejo reprimido mas o desejo sem campo onde formular-se, a tarefa clínica não é curar o desejo nem suprimir o sintoma: é oferecer condição simbólica para que o sujeito possa reescrever-se sem colapsar. A psicanálise, nesse registro, não promete cura — sustenta a hipótese de que o desejo não precisa justificar-se para ter direito de existir, e precisa apenas de alguém que o escute antes que ele tenha forma.

Declarações

Conflito de interesses. O autor é proprietário da revista e integra o quadro da instituição mantenedora; declara não ter participado de nenhuma etapa da decisão editorial sobre este trabalho.

Material clínico. As situações clínicas apresentadas neste artigo são composições ilustrativas construídas para fins de exposição teórica.

Não constituem relato de caso e não correspondem a pessoa identificável.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. A revista não dispõe de declaração do autor; o manuscrito, do acervo, foi recebido pela direção anterior, que não a solicitava. A normalização de referências e a padronização editorial foram realizadas pela editoria.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de artigo teórico, sem produção de dados primários.

Nota editorial. O artigo foi submetido sem lista de referências. A construção do aparato bibliográfico, a conversão das vinhetas clínicas em composições ilustrativas, em atendimento à seção 9.3 da Política Editorial, e a reorganização das seções foram realizadas pela editoria com anuência do autor. Nenhuma tese do trabalho foi alterada.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BION, W. R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOLLAS, C. *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- EHRENBERG, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida: Idéias & Letras, 2010.
- FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, S. *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREUD, S. Luto e melancolia. In: FREUD, S. *Obras completas*, v. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. *Obras completas*, v. 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

- FREUD, S. O eu e o id. In: FREUD, S. *Obras completas*, v. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia. In: FREUD, S. *Obras completas*, v. 17. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, B.-C. *Agonia do Eros*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HAN, B.-C. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KEHL, M. R. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LACAN, J. *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, J. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.
- RICOEUR, P. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2006.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, D. W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

COMO CITAR

JADANHÍ, U. A. Éthos: estrutura ético-simbólica do desejo e organismo de mediação entre Anima Pulsã, Mnémethos e Egos. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 4, n. 2, p. 27-37, 2026.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.